



Quem fala por meio do testemunho?

Alguns apontamentos teórico-metodológicos sobre a escrita testemunhal a partir da literatura de Primo Levi

Who speaks through the testimony?

Some theoretical and methodological notes on the written testimony from the literature of Primo Levi

Lucas Amaral de Oliveira

Resumo.

Quando falamos de testemunho pensamos na possibilidade dele revelar a “verdade” objetiva dos eventos, na qual o que importa são os fatos que levariam, por exemplo, à condenação de um sujeito ou governo. Neste ensaio, tentarei explorar brevemente, a partir dos depoimentos memorialísticos do escritor italiano Primo Levi, outra dimensão do testemunho: trata-se dele como produtor de uma verdade proveniente da dimensão subjetiva da vida social, das experiências vividas pelos sujeitos, suas narrativas e simbolizações do sofrimento, individual e coletivo. O testemunho de indivíduos marginais e estigmatizados possui um valor bastante significativo para a sociologia, pois ilustra, mais que uma representação objetiva e acabada de fatos vivenciados, elementos subjetivos que, apesar de possuírem incompletudes e inconstâncias, narram experiências heterogêneas de um determinado trauma. Mas, mesmo considerando o testemunho como instrumento importante de documentação e verificação da realidade histórica, uma problematização deve ser feita: a subjetividade inerente à representação literária diminui ou restringe o valor dos testemunhos sobre experiências de extrema violência? Isto é, que tipos de problemas e lacunas o testemunho do trauma, tomado como documento empírico, poderia suscitar?

Palavras-Chave: Primo Levi; Testemunho; Memória; Trauma; Representação.

Abstract.

When we talk about the testimony we believe in the possibility of it reveal, objectively, the "truth" of the events, in which what matters are the facts, for example, that would lead to conviction of a man or government. In this essay, I will try to explore briefly, from the memories of the Italian writer Primo Levi, another dimension of the testimony: as a producer of a truth from the subjective dimension of social life, the experiences of the subjects, their narratives and symbolizations of the individual and collective suffering. The testimony of marginalized and stigmatized individuals have a very significant value for sociology; this illustrates, rather than an objective and freshly representation of the experienced facts, subjective elements that, despite having incompleteness and inconsistencies, narrate heterogeneous experiences of a particular trauma. But even considering the testimony as an important tool for a documentation and verification of historical reality, a questioning should be done: the subjectivity inherent in literary representation reduces or restricts the value of testimonies about experiences of extreme violence? That is, what kinds of problems and gaps the trauma testimony, taken as empirical document, could raise?

Keywords: Primo Levi; Testimony; Memory; Trauma; Representation.

1. Introdução: a era do testemunho

Dentre as catástrofes que mancharam de sangue e infâmia o século XX, a edificação de espaços de exceção e desumanização do outro predominam em importância, sobretudo por haverem instaurado uma nova biopolítica de exclusão e formas ainda mais eficazes de controle social. Por isso, nas décadas subsequentes à “era das catástrofes”, esses eventos tornaram-se temas de investigação desenvolvidos por variados caminhos e méritos, seja pela releitura da história formulada por neoconservadores, seja pelo impacto do hitlerismo na trajetória intelectual de autores já consagrados no meio intelectual. Entretanto, além do multifacetado prisma teórico, tais eventos também foram narrados em primeira pessoa por sobreviventes da barbárie, de tal modo que Wieviorka (1992; 1998) e Felman (1991; 2000) redefiniram o período posterior à “era das catástrofes” como a “era do testemunho”, tendo em vista que o testemunho se havia tornado uma prática social quase imperativa que, após o genocídio nazista¹, fora abarcada até mesmo pela indústria cultural.²

Os anos 70 foram cruciais para os estudos da memória, decorrentes de um florescimento crescente de testemunhos de sobreviventes do nazismo, seguidos de políticas de reconhecimento direcionados às vítimas, de tal modo que houve, digamos, uma multiplicação dos “lugares de memória”, para retomar a expressão de Pierre Nora (1993), tais como a criação de monumentos e museus, mas também a edição de livros e o lançamento de filmes, documentários e programas de televisão relacionados ao assunto. Peter Novick (1999) percebeu nesse período a explosão de uma sorte de “religião civil do Holocausto”, com a ritualização e mitologização de datas e feitos e a concepção de ícones. Mas, talvez, o momento mais decisivo dessa explosão tenha sido o processo de Eichmann em 1961, considerado por muitos o “Nuremberg do povo judeu”. O fato é que no pós-guerra as testemunhas tornaram-se portadoras centrais dessa memória.

Não entrando no debate acerca da industrialização cultural e midiática do extermínio nazista – que me demandaria outro estudo, obviamente –, Mounira Chatti (2004) afirma que a “era do testemunho” também coincide com a “era da suspeita”, sobretudo devido ao caráter subjetivo dos testemunhos e dos relatos de sobreviventes, sempre passíveis de serem

¹ Existe uma polêmica grande em torno da forma como se faz referência ao período em que nazistas e colaboradores massacraram judeus e outros grupos étnicos, políticos e religiosos. Certos autores, ancorados, acredito, no escritor Primo Levi, e posteriormente na obra do cineasta Claude Lanzmann – entre eles, Agamben –, optam pelo termo *Shoah*, que em hebraico significaria “catástrofe”. Para esses, tal definição parece estar esvaziada de conotação religiosa, à diferença do termo “holocausto”, proposto por Wiesel – e preferida por alguns teóricos, como o politólogo Norman Finkelstein –, que etimologicamente remeteria a um significado profético de morte em massa mediante um sacrifício sagrado. Levi (1997: 219) sustenta que utiliza o termo “Holocausto” de má vontade, apenas para ser melhor entendido pelo público em geral: porém, adverte, “trata-se de um termo que, quando nasceu, me incomodou muito; soube, depois, que quem o empregou pela primeira vez foi o próprio Wiesel”. Tendo em vista a dificuldade de nomear o projeto de extermínio nazista durante a 2ª Guerra Mundial, tendo a concordar com LaCapra (1992: 357), que reconhece ser melhor não fixar nenhum desses termos, mas usá-los indicando sempre suas limitações. Opto, então, pela noção de “genocídio nazista” ou “extermínio nazista”, como o faz eventualmente Wieviorka (1992), sobretudo para não entrar no debate sobre o sentido desse evento histórico para cada grupo social.

² Indústria essa que ainda se utiliza de fatos ocorridos por meio da manipulação arbitrária e persuasiva direcionada a um público muito mais sensível a *slogans* do que à reflexão crítica e atualizada do passado. É importante fazer um adendo quanto a esse aspecto. O “Holocausto”, nos dias atuais, tornou-se parte da indústria cultural, e as atrocidades nazistas transformaram-se em verdadeiras mercadorias, servindo até mesmo aos interesses das elites judaicas. Quem reflete sobre esse fato, mormente acerca da exploração do sofrimento dos judeus por parte de uma elite judaica norte-americana, é Norman Finkelstein (2001). Na esteira crítica de Peter Novick (1999), o cientista político americano percebe que a centralidade do Holocausto nos dias atuais se deve, acima de tudo, à cristalização desse evento como metáfora do mal radical por parte da imprensa e à criação de uma indústria específica que desfruta das representações ideológicas do extermínio nazista. Como a maior parte das ideologias, nessa, também, há só uma tênue conexão com a realidade: seu conteúdo central, no entanto, revela interesses políticos e de classe bem definidos, como a exploração da imagem do evento por parte de judeus ligados, diretamente, às grandes empresas e ao governo norte-americano, servindo inclusive de justificação da violência do Estado de Israel contra os palestinos.

contestados, histórica e documentalmente. Embora isso não diminua o valor das memórias e dos testemunhos para a própria história – pois eles são vestígios, rastros, reais ou ficcionais, do que restou da história passada –, pelo menos coloca algumas questões relativas à dificuldade de se tomá-los como materiais empíricos para as pesquisas sociais. Afinal, qual é o potencial do testemunho na geração de novos conhecimentos sobre uma catástrofe? A subjetividade inerente à representação do trauma diminui ou restringe o valor dos testemunhos sobre o *Lager*?

Essas questões são importantes porque quando se fala em testemunho pensa-se, de imediato, na possibilidade de se ter revelada a verdade, jurídica e objetiva, dos acontecimentos, na qual o que importa são os fatos que levariam, por exemplo, a uma possível condenação de um sujeito ou de um governo. Todavia, Alfredo Bosi (1995: 310) lembra que o testemunho opera em uma zona fronteira: ora faz a mimese de fatos, de modo a apresentá-los “tais como aconteceram”, e “construindo, para tanto, um ponto de vista confiável ao suposto leitor médio; ora exprime determinados estados de alma ou juízos de valor que se associam, na mente do autor, às situações evocadas”.

Considerando, portanto, que o testemunho é elaborado na fronteira entre a objetividade pretendida na ordenação dos fatos e a subjetividade alcançada quando da interpretação e descrição singular de um acontecimento, tentarei explicitar, a partir do exemplo do escritor italiano Primo Levi, essa dimensão limite: trata-se do testemunho produtor de uma verdade, digamos, proveniente da dimensão subjetiva da vida social, das experiências vividas pelos sujeitos, suas narrativas e modos de simbolização do seu sofrimento e do sofrimento coletivo. Para tanto, irei explorar alguns exemplos do testemunho literário de Levi que ilustram as fraturas da linguagem – dentro do campo, mas também fora dele – quando da tentativa de representabilidade do “indizível”, do sofrimento inaudito, enfim, do trauma.

2. Experiência traumática e violação da linguagem: sobre Primo Levi

Por que Primo Levi? Decerto, bastasse aqui a distinta equação de Italo Calvino (1995), para quem o clássico é uma obra que exerce influência particular quando se impõe ao nosso interesse intelectual como inesquecível e marca nossa memória. Mas Levi é um clássico também porque foi capaz de conjugar testemunho com narrativa literária, dando vida a uma estética exclusiva no século XX. Parto aqui da premissa de que o testemunho que descreve uma experiência limite real, muitas vezes, excede em detalhes as apreciações macro-históricas, que, quando isoladas, não conseguem chegar tão a fundo no desvelamento das múltiplas possibilidades de desumanização postas em marcha pelo nazismo e por sua “gigantesca experiência biológica e social” (Levi, 2005: 79) de submissão total de seres humanos estigmatizados, e que estabeleceu uma verdadeira “guerra contra a memória” (Levi, 2007: 20). E assim como não é possível refletir sobre violências apenas com base em análises teóricas, do mesmo modo é impossível fazê-lo só com documentos oficiais, sem levar em conta o testemunho dos sobreviventes.

Primo Levi, italiano, judeu, químico, intelectual, escritor e sobrevivente, marcado pela lancinante experiência de prisioneiro do *Lager* de Auschwitz-Monowitz, nasceu em Turim, em 31 de julho de 1919. Em 1941, diplomou-se com distinção em química, embora seu diploma já mencionasse o infame registro: “de raça judia”. Em 1942, ingressou no clandestino *Partito d’Azione* e, logo depois, começou a participar da rede de contatos de um grupo de “partigiani” que atuava no Vale de Aosta (*Comitati di Liberazione Nazionale*). Em dezembro de 1943, as milícias fascistas o prenderam junto com mais alguns companheiros nas imediações de Brusson. Depois de alguns dias, foi levado para um “campo de triagem” em Fossoli, na província de Módena e, em fevereiro de 1944, encaminhado para Auschwitz, onde foi mantido encarcerado por cerca de um ano. Depois da libertação dos concentracionários, tornou-se um escritor de razoável prestígio,³ não

³ Digo “razoável prestígio” porque sua primeira obra, *Se questo è un uomo*, escrito entre dezembro de 1945 e dezembro de 1946, teve um percurso editorial um tanto quanto turbulento. A obra foi primeiramente recusada pela editora Einaudi, na figura da célebre escritora italiana Natalia Ginzburg, com a justificativa de que haveria ainda na Itália um clima pesado de Pós-Guerra, e que, por isso, os leitores italianos não estariam interessados por uma literatura que versasse sobre os horrores dos campos de extermínio. O crítico Franco Antonicelli, que havia tido um papel de destaque na resistência italiana na região do Piemonte,

obstante mantivesse paralelamente, e por um bom tempo ainda, o ofício principal de químico. Na manhã do dia 11 de abril de 1987, aos 67 anos, Levi cometeu suicídio, atirando-se das escadas do edifício em que sempre vivera, na cidade de Turim. Hoje, ele é um dos autores italianos mais traduzidos e conhecidos no mundo segundo o *Centro Internazionale di Studi Primo Levi*.⁴

São duas as obras de maior relevo memorialístico de Primo Levi.⁵ O primeiro livro, *Se questo è un uomo*, pode ser tido como um dos testemunhos pioneiros sobre os campos de extermínio. Trata-se de um denso diário de memória no qual Levi busca reconstruir episódios cotidianos de sua experiência de *Häftling* (“homem do Lager”), não para fazer denúncias ou julgar os “carrascos” da história, mas com o intuito de “fornecer documentos para um estudo sereno de alguns aspectos da alma humana” (Levi, 2005: 9). Nesse seu testemunho, há um corte quase jurídico, cujo tom é mais de acusação e reflexão do que um ato de provocação, represália, vingança ou punição. É nessa medida que ele relata o processo de desumanização a partir dos episódios mais significativos e que revelam a essência e a estrutura de Auschwitz, desde os momentos cruciais das seleções e dos bombardeios aéreos, até a opressão do dia-a-dia. Mesnard (2005: 12) lembra que *Se questo è un uomo* foi precedido, em 1946, pelo “Relatório sobre a organização higiênico-sanitária do campo de concentração para judeus de Monowitz”, que saiu pela *Minerva Medica*, assinado por Primo Levi e por um amigo médico, Leonardo De Benedetti. O relatório esmiuçava o funcionamento e as condições no interior dos campos, dando especial atenção a algumas das doenças contraídas pelos presos. As anotações do relatório serviram como base para a sua primeira obra, mostrando que sua literatura nasceu a partir de documentos e fatos empíricos vividos e coletados em Auschwitz, de tal modo que, “como intenção e como concepção, o livro já nasceu nos dias do campo” (Levi, 2005: 9).

Quarenta anos mais tarde, o desfecho de sua carreira ficou por conta de *I sommersi e i salvati*, um tipo de “testamento espiritual”, como se referiu Todorov (2007) no prefácio à edição italiana da obra, em que a voz de sobrevivente, aliada ao prodigioso trabalho de memória, testemunho e revisão crítica, tentou recriar a vida no limite da destruição, buscando esclarecer as novas gerações sobre os riscos da exceção dentro mesmo da ordem democrática. Nesse seu derradeiro trabalho, Levi retornou aos temas de seu texto inicial, mas com uma identificação mais reflexiva com o trabalho da memória. Por isso, talvez seja esse o escrito mais lúcido e maduro do literato sobre os mecanismos sociais subjacentes ao universo concentracionário, já que se trata de um texto capital para entender o humano em situações de grande opressão – e as possíveis formas de resistir a elas.

É fato que a catástrofe dificulta ou, em muitos casos, impede a representação que, por definição, é, em si, um evento que provoca o trauma. Por isso, também é indubitável que o genocídio como experiência traumática perturba a ordem do testemunho e impõe obstáculos à narração dos fatos. Tais dificuldades, enfrentadas por boa parte dos sobreviventes que depois se tornaram escritores, expressam também o problema da comunicação dentro mesmo do campo. Então, como testemunhar e explicar aquilo que para muitos dos que permaneceram vivos era, em

depois de entrar em contato com o texto de Primo Levi, e percebendo seu grande valor literário, de imediato, propôs publicá-lo em sua modesta editora Francesco De Silva, recentemente aberta. O livro foi lançado com pouco êxito no final de 1947, com uma tiragem de 2500 cópias, dentre as quais um pouco mais da metade – 1400 – foi vendida. A escassa difusão de *Se questo è un uomo* fez com que Primo Levi renunciasse quase totalmente à atividade de escritor e se dedicasse com maior energia à profissão de químico. Porém, entre 1952 e 1957, ele passou a colaborar com Paolo Boringhieri, responsável pelas edições científicas da Einaudi, com traduções, revisões de textos científicos e pareceres editoriais. Depois de um evento bem sucedido sobre a história dos deportados, em 1955, Levi fez a tentativa de publicar sua obra pela grande editora. Com pareceres positivos de Luciano Foà e Ítalo Calvino, em julho de 1955, foi firmado o contrato para que o volume fosse publicado na série econômica da “Piccola Biblioteca Scientifico-Letteraria” a um preço bem acessível, sobretudo aos jovens estudantes. Todavia, a dificuldade econômica pela qual passava a editora fez com que a edição só fosse lançada no ano de 1958.

⁴ Segundo o *Centro Internazionale di Studi Primo Levi*, em Turim, atualmente, o escritor italiano é traduzido em mais de 40 línguas. Sobre a difusão da obra de Levi na Europa, ver: Tesio (2005). Há um quadro sobre isso disponível em: www.primolevi.it/@api/deki/files/956/=Tavole_complete.pdf.

⁵ Utilizo como foco central da minha análise duas obras de Levi em suas versões originais: *Se questo è un uomo*, Torino: Einaudi, 2005; e *I sommersi e i salvati*, Torino: Einaudi, 2007. As traduções são livres, sempre feitas por mim, assim como a tradução dos demais excertos em línguas estrangeiras.

si, “intestemunhável”, tamanha a impossibilidade de achar as palavras apropriadas para narrar situações de extrema degradação? Levi dá algumas pistas em relação a isso, apontando para os paradoxos da representabilidade do horror e para alguns limites na produção estética, capazes de evitar a tendência ao esteticismo exagerado e/ou a simples reprodução de fatos.

Entre tantos retratos desenhados por Levi, uma das figuras que talvez mais chame a atenção é a de Hurbinek, a criança de três anos nascida em Auschwitz, cujos últimos dias foram descritos em *La tregua* e brevemente retomados no capítulo “Comunicare” de *I sommersi e i salvati*. Hurbinek, a criança sem-nome, é a evidência da impossibilidade comunicativa no Lager: “não era nada, era um filho da morte, um filho de Auschwitz” (Levi, 1997: 22). É a criança que ninguém havia ensinado a falar, mas que precisava de palavras – seu corpo e seu olhar expressavam tal “urgência explosiva”. Essa é também a aporia que recai sobre a testemunha: a necessidade elemental de falar e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de fazê-lo integralmente. Levi nos revela o chão aporético pelo qual se desenvolve o testemunho: impossível, mas ao mesmo tempo absolutamente necessário.⁶

A dificuldade de comunicar a experiência nos campos deve-se, especialmente, ao fato de que a testemunha não esteve distante dos acontecimentos – aliás, a narrativa do trauma pressupõe sempre uma proximidade. No entanto, ela, a testemunha, não foi mero espectador do evento: ela foi sim sua vítima, direta ou indiretamente. Então, “é óbvia a observação de que lá onde se violenta o homem também se violenta a linguagem” (Levi, 2007: 76). Para ele, a degradação da linguagem é uma das características mais atroztes da experiência dos Lager:

Na memória de todos nós sobreviventes e pobremente políglotas, os primeiros dias de Lager permaneceram impressos sob a forma de um filme desfocado e frenético, cheio de ruído e de fúria, e carente de significado: um caleidoscópio de personagens sem nome nem face, mergulhados em um contínuo e ensurdecido barulho de fundo, sobre o qual, todavia, a palavra humana não aflorava. Um filme em cinza e negro, sonoro, mas não falado (Levi, 2007: 72).

Os prisioneiros viveram “a incomunicabilidade de forma mais radical” (LEVI, 2007, p.70). Nesse contexto, pode-se dizer que o testemunho do genocídio contém em si uma lacuna: ao mesmo tempo em que transmite uma experiência deixa de comunicar outras, pois, dada a singularidade do evento, elas não podem ser narradas e transmitidas inteiramente. Para Agamben (1998), o que resta de Auschwitz é essa lacuna, uma impossibilidade de seu testemunho, já que este legitimamente pertence aos mortos. Logo, aos sobreviventes, àqueles que não chegaram até o fundo, resta falar por proximidade, pois “sabem que são testemunhas de um processo de dimensão planetária e secular” (Levi, 2007: 121).

Dar testemunho é falar sobre uma experiência que não se viveu integralmente: é uma possibilidade que se assenta sobre uma impossibilidade, digamos assim. Há indivíduos que não podem falar por si mesmos, já que ou não sobreviveram ou, se sobreviveram, voltaram para casa sem palavra. Aferir palavra, ser porta-voz por delegação dos “afogados”, ou melhor, falar pela proximidade com os que perderam a voz é um papel que Levi assume:

Nós, os sobreviventes, os *superstiti*, não somos as verdadeiras testemunhas [...], somos uma minoria anômala além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocaram o fundo. Quem o fez, quem viu a face da Górgona, não retornou para contar, ou tornou-se mudo; as testemunhas integrais são os “muçulmanos”, os submersos, aqueles cujos depoimentos teria tido significado geral. Eles são a regra, nós, a exceção (Levi, 2007: 64).

⁶ Irei desenvolver melhor esse ponto na próxima seção, salientando as fraturas, lacunas e ambivalências que surgem quando a linguagem atravessa um trauma e quando o sobrevivente toma a difícil decisão de tornar-se testemunha, a despeito da grande reserva de culpa e vergonha que inevitavelmente o acompanha. Levi faz diversas referências a isso, em especial, às motivações e singularidades de sua escritura, e às dificuldades e aporias do testemunho. Essas questões estão mais concentradas nos capítulos 17 de *Se questo è un uomo*, 3 e 8 de *I sommersi e i salvati*, e também em grande parte dos textos presentes na obra editada por Marco Belpoliti, com as entrevistas e conversas com Primo Levi, colhidas entre os anos de 1963 e 1987.

O químico de Turim, como sobrevivente, assumiu a condição de “testemunha por delegação”, de voz que fala pelos *muselmann*, esses prisioneiros típicos que, compondo o cerne do universo concentracionário, submergiram, morreram. Digo “por delegação”, devido ao fato de que a “testemunha integral” definiu nos campos de trabalho escravo e/ou sufocou nas câmaras de gás. Segundo Levi (2005: 80), *muselmann* era uma designação dada pelos veteranos de Auschwitz para referir-se aos ineptos e geralmente destinados à “seleção”, ao “prisioneiro irreversivelmente exausto, debilitado, próximo à morte” (Levi, 2007: 77). Agamben (1998) postulou-o como uma “testemunha absoluta”, porém impossível, pois, havendo presenciado todo o horror, não foi capaz de descrevê-lo.

No entanto, a não existência de testemunha integral, absoluta, ideal, perfeita, não quer dizer que não haveria testemunhas possíveis e, mais, necessárias, posto que, quando se sublinha a dificuldade de dar testemunho de um processo de tamanha destruição, não se quer provar a impossibilidade do testemunho, mas apenas explicitar os limites da memória e da capacidade de contar. Foi isso o que quis demonstrar uma pesquisa realizada por Georges Didi-Huberman (2003), que se pautou em quatro fotografias tiradas no verão de 1944 dentro de Birkenau, imagens que testemunham breves instantes de um continuum que durou cinco anos (ou seja, a existência do campo) – imagens essas que resistiram, ou melhor, que restaram clandestinamente ao processo de exterminação em massa.

O que interessa a Agamben e a tantos outros é o hiato que se instaura na língua do testemunho. Falar no lugar de outros que não podem fazê-lo – pois vivenciaram a catástrofe diretamente e de forma absurda – abala a própria condição de testemunho, haja vista que o testemunho não pode simplesmente ser substituído ou relatado por outro sem perder sua função de testemunho: o fardo da testemunha, apesar de seu alinhamento e referimento a outras testemunhas, teoricamente, é único, não intercambiável. Porém, se se tomar essa equação ao pé da letra, automaticamente, se estará diminuindo o valor do depoimento dos sobreviventes e, de certo modo, impedindo a relação dos vivos com os mortos, dos sobreviventes com os afogados. Nesse raciocínio, o testemunho do sobrevivente só é verdadeiro e tem razão de ser se integrar o de quem não pode dar testemunho.

É interessante, nesse sentido, o caminho suplementar trilhado pela filósofa, também italiana, Adriana Cavarero (2003), que coloca como mote central do testemunho e da memória a pergunta “quem fala por meio do testemunho?”, movendo-se para uma ética relacional e coletiva da narração. Tomo, nesse sentido, o aspecto relacional do testemunho elaborado por Cavarero como forma de pensar a narrativa memorialista de Primo Levi que, embora escreva muito sobre a impossibilidade da comunicação, da representação, da fala, acaba, contudo, testemunhando. Mas quem fala por meio do testemunho de Levi? Ora, o testemunho de/sobre Auschwitz envolveria a mediação de um terceiro, “encarnado no muçulmano: nunca sou só eu e o evento que estou testemunhando; minha relação com esse evento é sempre mediada por alguém que o testemunhou por inteiro e, por essa mesma razão, não é mais capaz de descrevê-lo” (Žižek, 2008: 155).

A impossibilidade do testemunho consiste no fato de sua possibilidade “ser fundada na fala que falta, daquele que essencialmente não fala, daquele que está ausente e que o testemunho procura presentificar por procuração” (Penna, 2006: 156). Assim, ao mesmo tempo em que engendra uma individualidade, a capacidade de dizer “Eu”, uma identidade de fato, o testemunho tem também uma coletividade implícita como base ética. A linguagem necessita dos outros para sobreviver, precisa que alguém seja portador da sua mensagem, mesmo que esta seja parcial. A fala de quem testemunha é tal que transcende sua própria voz, que é apenas seu meio, o elemento mediador de substancialização da memória.

Esse modelo invoca a tensão entre testemunhar enquanto testemunha ocular – e jurídica – de situações (*testis*), e testemunhar enquanto padecedor direto dessas situações, que passou por um acontecimento e subsistiu para além deste acontecimento, ou seja, foi testemunha de fato (*superstes*)

Nós, tocados pela sorte, buscamos narrar, com maior ou menor sabedoria, não só o nosso destino, mas também o destino dos outros, dos afogados: mas tem sido um

discurso “em nome de terceiros”, a narração de coisas vistas de perto, não experimentadas pessoalmente (Levi, 2007: 65).

O testemunho de Levi é a tentativa de dar sentido às palavras secretas daqueles que não voltaram dos campos ou daqueles que retornaram mudos: “Hurbinek morreu nos primeiros dias de março de 1945, livre, mas não redimido. Nada resta dele: ele testemunha por intermédio das minhas palavras” (Levi, 1997: 24).

É possível dizer, portanto, que existe um lugar comum na estética do testemunho desse autor, um dispositivo que permite narrar o vivido como experiência limite, por intermédio da politização da escrita, a saber: o estatuto coletivo da sua narrativa, o que faz pensar que o testemunho que o escritor italiano politiza tenha sido o modo mais eficaz de recuperar a pouca e abjeta história daqueles que submergiram ou sobreviveram sem vozes. O estatuto coletivo do testemunho de Levi, sua lógica relacional, a identificação do indivíduo com seu grupo, acha-se fundada em uma memória mobilizada e compartilhada não só no campo histórico, mas ainda no simbólico, a fim de alcançar os destinatários da mensagem, pois sua narrativa constitui-se, antes de tudo, como uma espécie de “serviço público que deve funcionar” (Levi, 1997: 40).

3. Memória e representação: as lacunas do testemunho

Levi, então, como testemunha possível, percebe-se como os olhos dos outros, a voz alheia, a vítima por antonomásia, possibilitando, por esse movimento complexo, que a geração seguinte tome consciência do ocorrido e continue na busca de respostas para as questões passadas. Com isso, ele consegue fazer a síntese entre sua memória individual e a incompletude inevitável de seu testemunho. Exploremos, então, essa síntese.

É certo que diante do homem calado, reduzido à dimensão animalésca e buscando a todo preço aumentar suas minguadas chances de sobrevivência, torna-se difícil emitir juízos generalizantes, pois “frente à necessidade e ao sofrimento físico assediante, muitos hábitos e instintos sociais são reduzidos ao silêncio” (Levi, 2005: 79). Por isso, conquanto o campo tenha sido uma grande e paradoxal engrenagem moderna que transformou homens em animais, retirando-lhe, sobretudo, a capacidade comunicativa, ele adverte:

Não devemos transformar-nos em animais; mesmo em um lugar como este se pode sobreviver e, portanto, se deve querer sobreviver [...] para dar testemunho; para viver, é importante esforçar-nos para salvar ao menos o esqueleto, a estrutura, a forma da civilização. Somos escravos, privados de todo direito, expostos às injúrias, destinados a uma morte quase certa, mas ainda nos resta uma opção (Levi, 2005: 35).

A opção a que se refere o autor é a de vir-a-ser testemunha, mesmo que incompleta, para proceder a um “exame de causa” da história, o que sugere que relatar o ocorrido nos campos de morte seja uma forma de resistência à barbárie, já que admite, concomitantemente, estabelecer uma ligação mais fidedigna entre passado e presente, combater o esquecimento (traumático e social) e fortalecer tanto a identidade da testemunha como a memória daqueles que sucumbiram.

Em *I sommersi e i salvati*, por exemplo, percebe-se uma reflexão mais crítica e reflexiva acerca da fronteira que se instaurou no *Lager* entre humanidade e sua negação. Isto é, o “salvo” é aquele que está condenado a viver na morte, ou melhor, na morte quase certa que deveria ter sido e não foi. Já os “submersos”, os que não podem ser alcançados de fato, nunca podem ser narrados, mas que, ao mesmo tempo, urge serem notados e suas histórias contadas.

A demolição conduzida até o fim, a obra consumada, ninguém foi capaz de narrá-la de fato, assim como ninguém nunca retornou para narrar a própria morte. Os afogados, ainda que tivessem papel e caneta, não teriam testemunhado, porque a própria morte havia começado antes mesmo da morte corporal. Semanas e meses antes de morrer, já haviam perdido a virtude de observar, recordar, ponderar e exprimir-se. Falamos nós no lugar deles, por delegação (Levi, 2007: 65).

Fora do campo, a aptidão para constituir uma narrativa de si coesa e com algum sentido também sofria uma miríade de conflitos por parte dos escritores: incapacidade de narrar o mal vivido, sentimento de impotência ao recordar momentos decisivos do passado, ausência de detalhes e dados empíricos sobre a deportação e o genocídio, e, também, o confronto entre uma imperativa necessidade de testemunhar e a dificuldade de representar.

Isso lembra bastante o que Walter Benjamin (1996), no texto sobre *O narrador*, chamou de “experiência do choque”: uma sensação de mudez, de impossibilidade de falar após o trauma. No campo, tudo foi reduzido a essa incapacidade, ao silêncio; e, uma vez definhada a humanidade diante do horror inaudito, definha-se inclusive a voz, a capacidade mínima para dar testemunho. Parece não haver linguagem apta a relatar a violência advinda nos *Lager*, pelo menos sem trair o sofrimento das vítimas, dos afogados e dos sobreviventes, sem banalizar suas experiências ou estilizá-las demais. Então, como representar Auschwitz diante de tantos aspectos restritivos?

Como já visto, Levi foi capaz de revelar-nos o chão aporético pelo qual se desenvolve o trabalho do testemunho: impossível, porém absolutamente necessário. A ética do seu testemunho se sustenta, talvez, na fala que substitui o silêncio “daquele que tocou o ‘fundo’ e ‘fitou a górgona” (Penna, 2006: 155). Ou seja, situado no lugar impossível da enunciação de quem morreu, o testemunho tem a tarefa de presentificar o ausente, aquele que se afogou. A impossibilidade da arte narrativa seria, então, exatamente o que a tornaria cada vez mais necessária. Só quem é consciente dos problemas inerentes à representabilidade de situações extremas e dos paradoxos e armadilhas que implicam pode, de fato, construir um discurso sobre o genocídio com sentido e responsabilidade. Esses limites e paradoxos são evidentes em Primo Levi: aquele que narra, que testemunha, que escreve a respeito da barbárie, reclama ao mesmo tempo o silêncio em respeito aos mortos.

O testemunho leva em seu âmago um topos ambíguo, digamos, uma verdade lacunar que o constitui, que é a impotência da linguagem que conhecemos para narrar o ocorrido, uma força representativa necessária e impossível ao mesmo tempo, uma potência que toma força na própria impotência para contar uma violência inaudita. Testemunhar em nome dos afogados, além de uma exigência ética ambígua, está também muito ligado à reconciliação com a própria culpa por haver sobrevivido. Como lembra Levi (1997: 215),

[...] há, inclusive, uma lacuna em todo e qualquer testemunho: as testemunhas, por definição, são os sobreviventes e, portanto, em alguma medida, aqueles que usufruíram de privilégios. Isso eu o digo também no meu caso: se não tivesse sido um químico e não soubesse pelo menos um pouco de alemão meu destino teria sido diverso.

Uma das intenções do testemunho seria, portanto, a de deixar vestígios, rastros, falar do irrepresentável de modo a elaborar esse “mínimo de linguagem que permite a sobrevivência” (Levi, 1997: 215), de trabalhar aquele resto que se acha na lacuna conflituosa entre o dizível e o indizível.

De certo modo, Levi busca desconstruir a tese, muito em voga ainda, segundo a qual não se pode falar sobre determinados eventos; e ele o faz de maneira a dessacralizar o papel da testemunha. Sobre isso, diz: “Percebo que é muito difícil transformar em palavra esta minha experiência. Busquei fazê-lo, e talvez em parte eu tenha logrado sucesso, mas com a frequente sensação de estar produzindo uma obra quase impossível” (Levi, 1997: 214). Tal equação vai mais ou menos na mesma direção da famosa tese de Elie Wiesel (2007: 13): “Calar é proibido e falar é difícil, se não impossível”.

Ora, quando se têm em mãos textos de alto teor testemunhal, deve-se ter claro que há uma relação bem sinuosa entre experiência vivida e experiência lembrada, entre uma experiência que beira o impossível, dada sua monstruosidade, e sua narração, complexa e aporética. Essa última seria um trabalho sobre aquela, explicitando a relação condicionada pela elaboração de uma narrativa memorialística, pela capacidade daquele que conta uma história de possibilitar ao leitor o deslocamento ao evento passado, para que, só então, ele possa percebê-lo transformado na própria elaboração que faz da experiência narrada.

De fato, como há uma arte de narrar, solidamente codificada ao longo de mil provas e erros, do mesmo modo há uma arte da escuta, igualmente antiga e nobre, para a qual, no entanto, ao que eu saiba, nunca foi formulada uma norma. Entretanto cada narrador sabe por experiência que a cada narração o ouvinte acrescenta uma contribuição decisiva (Levi, 2009: 40).

Ainda segundo o depoimento de Levi (2005: 53-54), quase todos os sobreviventes narravam um mesmo e desesperador sonho:

Aqui está minha irmã, e algum amigo meu que não distingo bem, e outras pessoas. Todos estão me escutando, enquanto conto alguns fatos: o apito de três notas, a cama dura, meu vizinho que eu gostaria de empurrar para o lado, mas tenho medo de acordar porque é mais forte que eu. Conto também, difusamente, de nossa fome, do controle dos piolhos e do *Kapo* que, depois de me acertar com um soco no nariz, mandou eu me lavar porque sangrava. É um prazer intenso, físico, inexprimível, estar em casa entre pessoas amigas e ter tantas coisas para contar: mas não posso deixar de perceber que eles não me escutam. Eles parecem todos indiferentes: falam confusamente de outras coisas entre eles, como se eu não tivesse ali. Minha irmã me olha, levanta da mesa e sai em silêncio. Então, nasce em mim uma pena desolada, como certas dores da infância que ficam em nossa memória: é uma dor em estado puro, não temperada pelo sentido da realidade ou pela intromissão de circunstâncias estranhas, uma dor dessas que fazem as crianças chorarem; é melhor que eu torne mais uma vez de volta à superfície. [...] O sonho ainda está na minha frente, quente, e eu, embora acordado, continuo com essa angústia do sonho: e então lembro que este não é um sonho qualquer, pois desde que vivo aqui já o sonhei muitas vezes, com poucas variações de ambiente e detalhes particulares. Agora estou bem lúcido, e me recordo ainda de já ter contado meu sonho a Alberto, e que ele me confessou, para minha surpresa, que esse também é o sonho dele e de muitos, talvez de todos. Por que isso acontece? Por que a dor de cada dia se traduz em nossos sonhos assim tão constantemente, na cena sempre repetida da narração feita e não escutada?

O medo de não ser escutado era uma constante, tanto que muitos dos sobreviventes-escritores expressaram a dificuldade de representar suas experiências e, por isso, acabaram por revelar uma forma reflexiva, visando atingir maior identificação do leitor com os relatos, mas sem deixar de transmitir a mensagem de que aquelas experiências haviam sido extraordinárias. Isso abriu um caminho intrincado na relação testemunho *versus* recepção. Se uma testemunha deve, de um lado, tomar de empréstimo uma linguagem mais ou menos idiossincrática e que não serve somente para comunicar, mas, antes disso, para viver após a experiência da barbárie, por outro, ela deve exprimir-se por uma linguagem condutora. É necessária, assim, a utilização de categorias tomadas de empréstimo a determinado registro de discursos que serviriam de suporte a uma lógica compreensível para o interlocutor que não esteve presente no evento narrado (Dubar, 2009).

Levi logrou estabelecer, nessa medida, um compromisso entre quem conta – e desempenha a função de testemunha – e quem ouve – quem toma conhecimento e não mais pode dizer que não sabia. Quando se fala de memória e testemunho, é inevitável que esse registro de problema seja posto: se alguém narra a dor que provou/presenciou, de fato, não faz com que aquele que ouve seja também capaz de provar ou perceber a mesma dor.

Na perspectiva benjaminiana, a cultura não se define como acumulação de bens simbólicos, mas como a transmissão de experiências, pautada na relação conflituosa entre passado e presente. O testemunho continua a fazer efeito no presente porque ele continua a agir por intermédio de sua transmissão e recepção, sinalizando outro porvir, outras histórias possíveis: a memória elaborada e narrada tem essa força, a de insurgir-se contra a história estandardizada e fechada e, assim, destituí-la de sua autoridade de reter a verdade. Sobre isso, na escritura de *Se questo è un uomo*, Levi (1997: 214) sugere:

[...] ter escrito este livro funciona para mim como uma “memória-prótese”, uma memória externa que se interpõe entre o meu viver de hoje e aquele de antes [em Auschwitz]: na escritura, revivo todas aquelas coisas sobre as quais escrevi. Portanto, é

necessário, no que se refere à memória, distinguir entre os episódios, digamos, em “technicolor”, que eu descrevi e que pareciam essenciais e dignos de serem relatados, e o tecido cinzento, “em branco e negro”, de todos os dias, que era a coisa destrutiva no Lager.

A testemunha não é só quem viu com os próprios olhos, o histor de Heródoto, testemunha direta. Testemunha é também quem ouve a narrativa, por mais lacunar e/ou insuportável do outro e que, devido a isso,

[...] aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2006: 57).

No máximo, tem-se uma co-divisão da experiência de dor e sofrimento, o que permite aos destinatários do testemunho de se projetarem em situações que não viveram e, às vezes, sequer conheciam. Isso gera o pacto de “responsabilidade partilhada”, inerente à funcionalidade do testemunho de Levi, que ainda hoje se desenha como um depoimento em nome dos afogados e de todos os que fitaram os olhos da Górgona e sucumbiram.

A testemunha testifica um fato vivido, direta ou indiretamente, servindo-se de um universo referencial e conceitual subjetivo, sempre o ponderando com o aparato cognitivo de seus leitores – se quiser que seu testemunho venha a ser escutado. Como lembra Bidussa (2009), o testemunho não é somente a mera repetição de eventos do passado ainda presentes na memória; tampouco uma simples apresentação daquilo que se viveu, se sabe e se pensa; é, além disso, um contínuo corpo a corpo entre aquilo que se sente e o que se supõe estarem os interlocutores dispostos a compreender e acolher⁷.

Pode-se sugerir, portanto, que a representação do trauma, feita a partir dos rastros do passado objetificados na escrita, que é “o mais potente estabilizador da memória” (Assamann, 2002: 279), transita mediante um ato de autor, pois, mesmo sendo figura fadada ao silêncio e à dificuldade de narrar o vivido, ele pode contribuir na transmissão de uma experiência que não é somente dele, mas também de outros:

A necessidade de contar aos “outros”, de torná-los participantes, havia assumido entre nós, sobreviventes, antes e depois da libertação, o caráter de um impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares: a obra já nasceu com o objetivo de satisfazer tal necessidade (Levi, 2005: 9).

Nesse sentido, Ginzburg (2007: 52) percebe que o testemunho assume papel importante de mediação em cenários de tensão política, servindo, aliás, como instrumento de confronto, em que a experiência individual atua como fundamento para interpretar a experiência coletiva. O testemunho, nesse ínterim, articula-se e exprime-se como ato que, por definição jurídica, pode ser chamado de “ato de autor”, isto é, de um sujeito que valida um feito que por si só não seria válido. Essa tese aparece inclusive na filosofia de Agamben (1998), que percebe que o testemunho insurge como ato de autor no interior de um conflito em que a insuficiência na fala, a incapacidade de narrar, imbrica-se com a necessidade de fazê-lo, transformando assim o testemunho em um resto de sua própria lacuna constitutiva, que se localiza entre o dizível e o indizível, entre o titular mudo da experiência incomunicável – como o caso de Hurbinek – e o autor que fala da experiência de outros.

⁷ Nesse raciocínio, é interessante lembrar as duas introduções de *Se questo è un uomo*. De um lado, uma introdução em prosa, mais racionalista, mais cuidadosa, digamos: o “estudo sereno de alguns aspectos da alma humana”. De outro lado, há a poesia, *Shemà*, um convite imperativo à recordação, uma injunção, uma chamada à co-responsabilidade do leitor que se deve tornar, ele mesmo, também um portador de memória – o que vai além da exigência de compreender, presente na introdução em prosa.

4. Apontamentos finais: afinal, o que resta do testemunho?

Em termos substantivos, o testemunho como fundamento pelo menos insigne da literatura é algo que só veio à tona no auge de uma época carregada de catástrofes. Sua constituição obrigou parte da história da cultura ocidental a uma revisão estética e filosófica radical, a partir de sua relação e, mais, de seu compromisso político com o real: a obra de arte não pode mais ser pensada como uma estrutura significativa afastada da vida (e sem efeito sobre ela), tampouco reduzida a mero reflexo do mundo social (portanto, sem autonomia). De acordo com Seligmann-Silva (2007), a literatura de testemunho consubstanciou-se como estilo que tem feito com que muitos teóricos revejam a relação entre literatura e realidade, haja vista que, em pleno “século dos campos”, conforme se referiu Bauman (1997), a estética literária passou a ser mais pensada como documento e arquivo histórico vinculado à noção de memória/escritura.

Como tratado anteriormente, a radicalidade da experiência traumática impõe uma necessidade à pesquisa histórica e social: a de se repensar seriamente a própria narrativa do trauma e sua memória, mesmo que eventualmente elas se mostrem lacunares, fragmentárias, problemáticas. Deve-se compreender, então, apesar da complexidade inerente à representação da barbárie, como apontou Didi-Huberman (2003), o valor do documento testemunhal na constituição do conhecimento histórico. Logo, pensar a literatura de testemunho de Levi a partir de um conjunto de elementos que encontra na noção de memória seu eixo decisivo faz do testemunho não apenas um objeto passível de análise sociológica, mas, diria ainda, uma fonte distinta e privilegiada para refletir e reelaborar as experiências traumáticas hodiernas em contextos diversos.⁸ Sua memória e seu testemunho, quando transpostos às conjunturas atuais, são documentos históricos, tanto em seu aspecto formal quanto temático, de referência à barbárie, pois, além de registrarem fatos que não devem ser apagados ou deformados da memória coletiva, compõem a síntese de experiências reais colocadas à vista na esfera pública, escritas e refletidas por um indivíduo que sofreu os martírios do maior estado de exceção do século XX.

Por isso, é necessário ter o testemunho, inclusive o literário, como fonte documental relevante, porque não se trata de extrair dele uma verdade objetiva, mas de apreender, enquanto texto ou fala, enquanto memória objetificada em palavras, aspectos informativos de denúncia, rastros da dor, da violência e da morte que assinaram com sangue nossa era. Portanto, em vez de perceber o documento literário como arquivo, como produto final de uma série de representações de uma violência específica, deve-se lê-lo como meio, mediação, objeto intermediário de reflexão sociológica.

Gagnebin (2006) lembra que a escrita foi, por muito tempo, considerada o rastro mais perene que o homem poderia deixar de herança para sobreviver – mesmo após a morte – e para transmitir alguma mensagem às gerações futuras. A linguagem escrita seria, nessa medida, uma arma contra o esquecimento e contra a morte do passado, sobretudo considerando o fato de que, com ela, a experiência se torna um material que permite ao escritor existir além de sua sobrevivência meramente individual.

O fato é que, como lembra Safatle (2010), é comum aos governos autoritários o exercício de uma violência dupla: a eliminação física, do corpo, e a eliminação simbólica, de memórias. A última mostra que, no cerne dos regimes de exceção, passados ou presentes, sempre haverá a tentativa sistemática de retirar o nome e a palavra dos opositores, de transformá-los em inomináveis, sendo que suas vozes e demandas nunca serão objetos de referência histórica ou política. A morte física não basta, nesse sentido: é preciso extinguir os traços, os rastros, as memórias, as palavras e os testemunhos potencialmente portadores de histórias.

Diante disso, o testemunho seria um instrumento importante na análise sociológica qualitativa da realidade, na medida em que constitui um acesso privilegiado à voz daqueles que,

⁸ No Brasil, isso não é diferente, sobretudo se se considerar os frequentes atentados contra as garantias básicas perpetrados pela polícia militar, dia a dia, nas cidades, sobretudo contra os mais pobres. Atualmente, nos cárceres e nas ruas brasileiras, a tortura e a violência de Estado continuam sendo usadas como método privilegiado de interrogatório, desocupação, punição, humilhação, extorsão, ao ponto de elevar o Brasil a único país de América Latina no qual a tortura aumentou após o regime autoritário (Teles, 2010; Safatle, 2010).

por definição, estão excluídos do discurso público. Os atores cotidianos, sobretudo os considerados “ilegítimos”, marginais e estigmatizados, possuem um valor exemplar e significativo, afinal, ilustram, mais que uma representação objetiva e acabada dos fatos experienciados, fatores subjetivos elaborados na narrativa, experiências heterogêneas de determinado trauma social. O testemunho constitui, por isso, um instrumento inestimável de documentação e verificação da realidade histórica. As narrativas de Primo Levi sinalizam temporalidades outras, territórios onde a história não é buscada como verdade, mas é contada como conjunto de fatos inscritos em determinadas estruturas sociais e temporais, ou seja, como narrativa elaborada na literatura. E, na “era do testemunho”, em que a relação entre narrativa e história se mostra árdua e difícil, a literatura de teor testemunhal pode oferecer mecanismos importantes para uma melhor compreensão da nossa história.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio (1998). *Quel che resta di Auschwitz*. Torino: Bollati Boringhieri.
- ASSMANN, Aleida (2002) *Ricordare*. Bologna: Mulino.
- BAUMAN, Zygmunt (1997) *Life in fragments*. Oxford & Cambridge: Blackwell.
- BENJAMIN, Walter (1996) *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense.
- BIDUSSA, David (2009) *Dopo l'ultimo testimone*. Torino: Einaudi.
- BOSI, Alfredo (1995) "A escrita do testemunho em 'Memórias do Cárcere'". *Estudos Avançados*, São Paulo, v.9, n.23.
- CALVINO, Italo (1995) *Perché leggere i classici*. Milano: Mondadori.
- CAVARERO, Adriana (2003) *A più voci*. Milano: Feltrinelli.
- CHATTI, Mounira (2004) "L'effet de témoignage: l'ère du soupçon". *Littérature, Fiction, Témoignage, Vérité*. La Sorbonne Nouvelle, Paris, 19-20.
- DIDI-HUBERMAN, Georges (2003) *Images malgré tout*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- DUBAR, Claude (2009) *A Crise das Identidades*. São Paulo: Edusp.
- FELMAN, Shoshana (2000) "Educação e Crise ou as Vicissitudes do Ensinar", em: Arthur Nastrovski e Márcio Seligmann-Silva (Org), *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta.
- FELMAN, Shoshana (1991) *In an era of testimony: Claude Lanzmann's Shoah*. *Yale French Studies*, Volume 0, Issue 79: "Literature and the ethical question", p.39-81.
- FINKELSTEIN, Norman (2001) *A indústria do Holocausto*. Rio de Janeiro: Record.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie (2006) *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Ed. 34.
- GINZBURG, Jaime (2007) Impacto da violência e constituição do sujeito: um problema de teoria da autobiografia. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. V.3, n.1, p.50-58.
- LACAPRA, Dominick (1998) *History and memory after Auschwitz*. London: Cornell University Press.
- LEVI, Primo (2009) *A chave estrela*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (2007) *I sommersi e i salvati*. Torino: Einaudi.
- _____ (2005) *Se questo è un uomo*. Torino: Einaudi.
- _____ (1997) *Conversazioni e interviste*. Torino: Einaudi.
- MESNARD, Philippe (2005) "Primo Levi: du rapport sur Auschwitz à la littérature". Disponível em: www.revue-texto.net/Inedits/Mesnard_Levi.html. Acesso: 10/03/2012.
- NORA, Pierre. (1993) "Entre história e memória". *Projeto História*, São Paulo, v.10, p.7-28.
- NOVICK, Peter (1999) *The Holocaust in the American Life*. New York: Houghton Mifflin.

PENNA, João Camillo (2006) "Sobre viver no lugar de quem falamos: Giorgio Agamben e Primo Levi", em: Márcio Seligmann-Silva (Org), *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, Editora Universitária.

SAFATLE, Vladimir (2010) "Do uso da violência contra o estado ilegal", em: Vladimir Safatle e Edson Teles (Org), *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (2007) "Adorno, a paisagem catastrófica do século XX e a estética após o 'desencadeamento do elementar': prolegômenos para o pós-estético", em: Josué Silva (Org), *Por uma sociologia do século XX*. São Paulo: Annablume.

TELES, Edson (2010) Autoritarismo resistiu ao fim da ditadura, *História Viva*, 79, São Paulo.

TODOROV, Tzvetan (2007) "Prefazione", em: Primo Levi, *I sommersi e i salvati*. Torino: Einaudi.

ŽIŽEK, Slavoj (2008) *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo.

Autor.

Lucas Amaral de Oliveira

Universidade de São Paulo (Brasil).

Mestrando em Sociologia da Universidade de São Paulo. Membro da Comissão Editorial da Revista Plural (USP).

E-mail: lucasoliveira@usp.br

Citado.

AMARAL DE OLIVEIRA, Lucas (2013) "Quem fala por meio do testemunho? Alguns apontamentos teórico-metodológicos sobre a escrita testemunhal a partir da literatura de Primo Levi". *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social - ReLMIS*. Nº 5. Año 3. Abril- Septiembre 2013. Argentina. Estudios Sociológicos Editora. ISSN 1853-6190. Pp. 42 - 55. Disponible en: <http://www.relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/72>

Plazos.

Recibido: 28 / 11 / 2012. Aceptado: 07 / 03 / 2013.